



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional Pará de Minas

Parecer Técnico IEF/NAR PARA DE MINAS nº. 14/2023

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA			CPF/CNPJ: 12.194.903/0001-30		
Endereço: Rua Conceição 233			Bairro: Centro		
Município: Campinas	UF: SP		CEP: 13.010-050		
Telefone: 31) 9 9761-1820	E-mail: jussara.rimaconsultoria@gmail.com				
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome: José Pereira da Silva			CPF/CNPJ: 017.729.296-20		
Endereço: Rua Zezé Lima 611, AP 101			Bairro: Centro		
Município: Itaúna	UF: MG		CEP: 35.680-045		
Telefone: (31) 9 9543-8842	E-mail: luiz.paiva@origoenergia.com.br				
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda Gramado			Área Total (ha): 167,80		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 18.219			Município/UF: Itaúna/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3133808-CCDA.D5E0.21EB.4024.895A.4CF5.383E.7843					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.	231		Árvores		
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.	231	Árvores	23K	535625	7781856
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área	Especificação			Área (ha)	
Outros	Usina Solar Fotovoltaica			10,00	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
Cerrado	Área antropizada			10,00	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação			Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa				11,2427	m³
Madeira de floresta nativa				64,4877	m³

1. HISTÓRICO

- Em 14/09 foi gerado o processo SEI nº 2100.01.0041115/2022-69 em nome de EBES SISTEMAS DE ENERGIA SA;
- Na data de 03/10/2022 o processo SEI nº 2100.01.0041115/2022-69 foi formalizado com a finalidade de corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (processo convencional), no imóvel Fazenda Gramado, município de Itaúna/MG;
- A vistoria foi realizada em 19/10/2022 pelo Gestor Ambiental Vinicius Nascimento Conrado, MASP 1.132.723-6;

- Em 28/10/2022 foram solicitadas informações complementares ao processo. Estas informações foram apresentadas em 17/01/2023;
- O parecer técnico foi emitido em 07/02/2023.

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para **corte ou aproveitamento de 231 árvores isoladas nativas vivas** em 10,00 ha do imóvel Fazenda Gramado, município de Itaúna/MG, objetivando instalação de área de produção energética fotovoltaica.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Gramado, localizado no município de Itaúna Campos, possui área total de 167,80 ha, correspondente a aproximadamente 8,39 módulos fiscais. Está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna Campos sob a matrícula 18.219.

O clima do município enquadra-se no tipo Tropical com nítida estação seca no inverno e estação chuvosa no verão. As chuvas ocorrem principalmente entre os meses de outubro e março, com a maior incidência no bimestre de dezembro e janeiro.

O imóvel está localizado dentro dos domínios do Bioma Cerrado, relevo relativamente plano e possui as áreas de preservação permanente pouco preservadas.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi apresentado o demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR e o recibo de inscrição do imóvel no CAR MG-3133808-CCDA.D5E0.21EB.4024.895A.4CF5.383E.7843, cadastrado em 14/11/2016, com última retificação em 29/11/2022.

Conforme cadastro do CAR, o imóvel é composto pela matrícula 18.219. Foi informada área total de 167,87 ha, sendo: 1,6297 ha de área consolidada; 14,9084 ha de APP; 29,4200 ha de vegetação nativa remanescente; 4,5421 ha de Área de Servidão Administrativa; e 29,4200 ha de área de Reserva Legal.

- Qual a situação da área de reserva legal:

- ☒ (X) A área está preservada:
- ☐ () A área está em recuperação:
- ☒ (X) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

- ☐ () Proposta no CAR ☒ (X) Averbada ☐ () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

MG-3133808-CCDA.D5E0.21EB.4024.895A.4CF5.383E.7843

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- ☒ (X) Dentro do próprio imóvel
- ☐ () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
- ☐ () Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal foi averbada com área total de 33,56 ha, correspondendo a aproximadamente 20,00% da área total do imóvel, sendo composta por três glebas. Após análise do croqui da reserva legal averbado junto à matrícula do imóvel (documento SEI nº 59344462), se verificou que, apesar de o croqui indicar a localização das três glebas, ela não possui precisão sobre seu perímetro frente à realidade do imóvel. Diante disso, temos que no CAR foram informadas cinco glebas para compor a reserva legal, sendo três destas cinco glebas em locais prováveis aos observados no croqui da averbação da reserva legal.

Entretanto, temos que a reserva legal informada no CAR é inferior à área total averbada junto à certidão de inteiro teor e proporcionalmente inferior à 20% da área total do imóvel.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR não correspondem com as constatações feitas durante a análise do processo e a vistoria técnica realizada ao imóvel. A localização da Reserva Legal não está de acordo com a legislação vigente e com a averbação presente na certidão de inteiro teor do imóvel. A reserva legal foi informada no CAR com área total inferior à averbação já existente e inferior aos 20% da área total do imóvel. Além disso, verifica-se que o quantitativo de área consolidada do imóvel foi informado errado.

Contudo, conforme o disposto no artigo 88 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, a aprovação da localização da Reserva Legal declarada no CAR não é prerequisite para autorização para intervenção ambiental de corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.

Todavia, considerando a falta de precisão do croqui da reserva legal averbada, será condicionado ao proprietário que se formalize um processo de regularização da reserva legal do imóvel.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de solicitação para **corte ou aproveitamento de 231 árvores isoladas nativas vivas** em 10,00 ha visando instalação de área de produção energética fotovoltaica. Destas **231 árvores isoladas**, 2 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* (Ipê-amarelo) e 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea* (Ipê-amarelo), espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12, e 1 indivíduo da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro), espécie considerada como vulnerável pela Portaria MMA Nº 148/2022.

Conforme DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217/2017, o empreendimento trata-se de atividade código E-02-06-2 (Usina solar fotovoltaica). O empreendimento é classificado como de **classe inferior**, **critério locacional 0** e regularizável via **modalidade não passível**.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23123384

Taxa de Expediente:

- DAE de Taxa de Expediente no valor de R\$ 639,22 (documento SEI nº 53092933); comprovante de pagamento (documento SEI nº 53092934), pago em 09/09/2022.

Taxa Florestal:

O censo florestal estimou o rendimento de 100,31 m³ de lenha de floresta nativa e 295,29 m³ de madeira de floresta nativa. Entretanto, após análise do censo, observou-se redundância no uso de duas equações sobre os mesmos indivíduos arbóreos e o erro na aplicação de uma das equações volumétricas. Após a correção dos dados, é esperado o rendimento de 11,2427 m³ de lenha de floresta nativa e 64,4877 m³ de madeira de floresta nativa.

O requerente apresentou junto ao processo:

- Um DAE de Taxa Florestal (documento SEI nº 53092929) no valor de R\$ 292,85 para 43,85 m³ de lenha de floresta nativa e comprovante de pagamento (documento SEI nº 53092930), pago em 09/09/2022;
- Um DAE de Taxa Florestal complementar (documento SEI nº 59344480) no valor de R\$ 398,14 para 56,46 m³ de lenha de floresta nativa e comprovante de pagamento (documento SEI nº 59344481), pago em 17/01/2023;
- Um DAE de Taxa Florestal (documentos SEI nº 59344477) no valor de R\$ 13.906,69 para os 91,90 m³ de madeira de floresta nativa e comprovante de pagamento (documentos SEI nº 59344479), pago em 17/01/2023.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- **Vulnerabilidade natural:** muito baixa; e baixa;
- **Relevância regional da fitofisionomia Floresta Estacional Semidecidual:** muito baixa; muito alta; média; e alta;
- **Prioridade para conservação da flora:** muito baixa;
- **Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas:** não ocorre;
- **Unidade de conservação:** não ocorre;
- **Áreas indígenas ou quilombolas:** não, ocorre;
- **Potencialidade de ocorrência de cavidades:** baixo;
- **Integridade ponderada da flora:** muito baixa; baixa, média; alta;
- **Integridade da fauna:** alta.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- **Atividades desenvolvidas:** E-02-06-2 (Usina solar fotovoltaica)
- **Classe do empreendimento:** Inferior

- **Critério locacional:** 0
- **Modalidade de licenciamento:** Não passível

4.3 Vistoria realizada:

Trata-se de solicitação para **corte ou aproveitamento de 231 árvores isoladas nativas vivas** em 10,00 ha visando atividade de produção energética fotovoltaica.

Verificou-se ou foi informado em vistoria que:

- Todas as árvores se encontravam plaqueteadas, porém não foi possível verificar a numeração das mesmas;
- Forem observadas divergências nas árvores plaqueteadas com o arquivo digital anexo ao processo;
- Ocorrência de indivíduos plaqueteados fora da área de intervenção;
- Foram observadas espécies como: sucupira, ipê amarelo, cedro, copaíba; etc.

4.3.1. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS:

- **Topografia:** relevo plano a suave ondulado.
- **Solo:** conforme o PIA, no imóvel predominam solos do tipo latossolo amarelo e vermelho-amarelo distrófico típico;
- **Hidrografia:** o imóvel está na Bacia Federal do Rio São Francisco, na sub-bacia do Rio São João.

4.3.2. CARACTERÍSTICAS BIOLÓGICAS:

- **Vegetação:** o imóvel está localizado nos domínios do Bioma Cerrado, apresentando poucos fragmentos de vegetação nativa, sendo a maior parte destes localizados no interior das glebas de reserva legal do imóvel.

4.4. COMPROVAÇÃO DE OCUPAÇÃO ANTRÓPICA CONSOLIDADA:

Considerando que dentre as 231 árvores isoladas requeridas para corte, ocorrem 2 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* (Ipê-amarelo) e 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea* (Ipê-amarelo), é preciso observar, conforme Lei Estadual nº 20.308/12, se o corte destes indivíduos de ipê-amarelo ocorre em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio.

Diante disso, o requerente apresenta um estudo (documento SEI nº 59344603), baseado por imagens de satélite disponíveis do Google Earth, que a área do empreendimento se encontra desprovida de vegetação nativa ou antropizada antes de 22 de julho de 2008.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Conforme disposto na Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, foi apresentado PUP (documento SEI nº 59344466) e planilha de campo (documento SEI nº 59344473). Nestes documentos encontra-se elaborado o censo florestal das espécies arbóreas que ocorrem na área de intervenção ambiental.

É requerido para corte um total de 2321 indivíduos em uma área de 10,00 ha. Dentre estas 231 árvores ocorrem 02 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* (Ipê-amarelo) e 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea* (Ipê-amarelo), espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12, e 01 indivíduo da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro), espécie considerada como vulnerável pela Portaria MMA Nº 148/2022.

Durante vistoria e análise do empreendimento observou-se que a área requerida para intervenção ambiental está desprovida de vegetação nativa. Logo, o empreendimento não demandará supressão de vegetação nativa.

Diante do exposto, é preciso observar que, conforme Lei Estadual nº 20.308/12, o corte destes indivíduos de ipê-amarelo apenas pode ocorrer em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril.

Conforme observado durante a análise do processo, verificou-se que a área de intervenção já se encontrava antropizada antes de 22 de julho de 2008.

Além disso, na Lei Estadual nº 20.308/12 está disposto que, como condição para a emissão de autorização para a supressão do ipê-amarelo, o empreendedor deverá executar o plantio de 01 a 05 mudas de espécimes do ipê-amarelo por árvore a ser suprimida e, em alternativa, poderá optar pelo recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, de que trata o art. 5º-A da Lei Estadual nº 13.965/2001.

Neste sentido, temos que o empreendedor apresentou a comprovação de pagamento de 500 Ufemgs (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) referente ao corte dos 02 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* e 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea*.

No que se refere ao corte do indivíduo da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro), o empreendedor apresentou um PTRF para o plantio de mudas sobre 10 mudas de Cedro (compensação de 10:1).

Em conclusão, este parecer entende ser passível de deferimento a solicitação para o corte de 231 árvores isoladas em uma área de 10,00 ha, abrangendo 02 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* (Ipê-amarelo), 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea* (Ipê-amarelo) e 01 indivíduo da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro), no imóvel Fazenda Gramado, município de Itaúna/MG.

5.1 FINALIDADE DO PRODUTO/SUBPRODUTO:

Considerando o censo florestal anexo ao processo é estimado o rendimento lenhoso de 11,2427 m³ de lenha de floresta nativa e 64,4877 m³ de madeira de floresta nativa.

5.2 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS:

Devido ao corte das árvores isoladas foram listados pelo empreendedor os seguintes impactos ambientais, bem como as seguintes medidas mitigadoras:

* Impacto sobre a flora:

- Baixa diversidade florística e não haver a formação de uma cobertura florestal desenvolvida na área.

i. Medidas a serem adotadas:

- Serão adotadas medidas compensatórias conforme exigências do órgão ambiental competente;

* Fuga dos animais para áreas mais conservadas:

- Nesta situação poderá ocorrer uma intensificação na competição intra e interespecífica nos fragmentos vegetados do entorno;

* A supressão vegetal pode levar a perda pontual de habitats, assim como ninhos e tocas poderão ser afetados. A abertura de vegetação expõe a fauna, que poderá sofrer com a perseguição e caça por parte da população ou dos próprios trabalhadores no processo de supressão:

i. Medidas a serem adotadas:

- Importante a instrução dos operadores para que isso não ocorra.

Em complemento às medidas mitigadoras, esta equipe técnica destaca e recomenda:

* Medidas mitigadoras:

- Promover o desenvolvimento da vegetação nativa por meio do plantio de mudas e condução da regeneração natural na área de reserva legal e de preservação permanente presente no imóvel.
- Manutenção de maquinários e equipamentos relacionados a movimentação de solo, principalmente com revisões periódicas;
- Cercar ou sinalizar as Áreas de Preservação Permanente-APP ou Reserva Legal, evitando o trânsito de animais, maquinários e pessoas;
- Implantação de pequenas medidas para drenagem para as águas pluviais na área do aterro, evitando a chegada abrupta no curso d'água, bem como o carreamento de sólidos para o leito do curso d'água.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento do **corte de 231 árvores isoladas nativas vivas** em 10,00 ha do imóvel Fazenda Gramado, município de Itaúna/MG, pelos motivos expostos neste parecer.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Conforme o censo florestal, foram identificadas as seguintes espécies protegidas por legislação específica:

- 02 indivíduos da espécie *Handroanthus serratifolius* (Ipê-amarelo) e 3 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea* (Ipê-amarelo), espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12;
- 01 indivíduo da espécie *Cedrela fissilis* (Cedro), espécie considerada como vulnerável pela Portaria MMA Nº 148/2022.

Pelo corte dos indivíduos de *Handroanthus serratifolius* e *Tabebuia aurea* foi proposto o recolhimento de taxa prevista pela legislação.

Desta forma, deverão ser recolhidos 500 Ufemgs (quinhentos Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) referente ao corte dos 02 indivíduos de *Handroanthus serratifolius* e 03 indivíduos da espécie *Tabebuia aurea*, sendo definidos 100 (cem) Ufemgs por árvore a ser cortada na área de intervenção.

Diante dessa opção de compensação, o requerente já apresentou o DAE e seu respectivo comprovante pagamento, sendo emitido:

- Um DAE (documento SEI nº 59344588) no valor de R\$ 2.518,45 referente à compensação sob o corte de 5 indivíduos de ipê amarelo; comprovante de pagamento (documento SEI nº 59344589), pago em 17/01/2023;

Pelo corte do 01 indivíduo da espécie *Cedrela fissilis*, foi proposta a execução de um PTRF (documento SEI nº 59344591) com o plantio de 10 (dez) mudas (compensação de 10:1), sendo o plantio realizado em uma das glebas de reserva legal informadas no registro do CAR e em localização aproximada de uma das glebas de reserva legal averbada no imóvel. As coordenadas de referência da área de compensação são: 536874.11 m E / 7781164.52 m S (fuso 23K, SIRGAS 2000); e 537005.17 m E / 7781132.16 m S (fuso 23K, SIRGAS 2000).

O Projeto Técnico de Reconstituição da Flora foi elaborado pela Engenheiro Ambiental Jussara da Silva Diniz Lima, CREA-MG nº 252515/D, ART MG20221640070.

Diante do exposto, o requerente deverá executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,31 ha, tendo como coordenadas de referência 536874.11x; 7781164.52y e 537005.17x; 7781132.16y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade de plantio de mudas, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal:

Foi estimado o volume de 11,2427 m³ de lenha de floresta nativa e 64,4877 m³ de madeira de floresta nativa. Neste sentido, para o volume de 11,2427 m³ de lenha de floresta nativa deverá ser cobrada Reposição Florestal no valor de R\$ 339,77. E para o volume de 64,4877 m³ de madeira de floresta nativa deverá ser cobrada Reposição Florestal no valor de R\$ 1.948,91.

O requerente apresentou dois DAES de Reposição Florestal (documento SEI nº 53092931 e 59344585) no valor total de R\$ 1.255,07 para 43,85 m³ de lenha de floresta nativa e no valor total de R\$ 1.706,30 para 56,46 m³ de lenha de floresta nativa; comprovantes de pagamento (documento SEI nº 53092932 e 59344586), pagos, respectivamente, em 09/09/2022 e 17/01/2023.

O requerente apresentou DAE de Reposição Florestal (documento SEI nº 59344582) no valor total de R\$ 8.924,08 para 295,29 m³ de madeira de floresta nativa; comprovante de pagamento (documento SEI nº 59344584), pago em 17/01/2023.

() Formação de florestas, próprias ou fomentadas

() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Buscar regularização das áreas de reserva legal do imóvel via formalização de processo.	Até 90 (cento e vinte) dias após emissão do documento autorizativo
2	Cercar as áreas de reserva legal e estas deverão ser protegidas contra o fogo e pisoteio de animais domésticos.	Até 120 (cento e vinte) dias após emissão do documento autorizativo
3	Cercar as áreas de preservação permanente existentes na propriedade e estas deverão ser protegidas contra o fogo e pisoteio de animais domésticos.	Até 120 (cento e vinte) dias após emissão do

		documento autorizativo
4	Executar o PRTF referente às medidas compensatórias, conforme item 8 deste parecer técnico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Até 120 (cento e vinte) dias após emissão do documento autorizativo
5	Apresentar relatórios após a implantação do PRTF referente às medidas compensatórias descritas no item 8 deste parecer técnico, indicando as espécies e número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico.	Semestralmente por 3 anos, a partir da execução do PTRF

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Vinicius Nascimento Conrado

MA SP: 1.132.723-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Nascimento Conrado, Servidor Público**, em 07/02/2023, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60393936** e o código CRC **199F7C24**.